

# Tecnocracia: sua influência na atualidade

**Rafael Carreira Oliveira** – rafael.car.oli95@gmail.com  
Departamento de Engenharia Mecânica – CTC – UFSC  
88.040-900 – Florianópolis – SC

**Vicente Gramkow Piazza** – vicente.gramkow@gmail.com  
Departamento de Engenharia Mecânica – CTC – UFSC  
88.040-900 – Florianópolis – SC

## RESUMO

*Estudos teóricos e discussões sobre tecnocracia são abundantes e datam do século XVI. A forma de condução do estado baseada em preceitos técnico-científicos se mostra como um argumento convincente quando comparado à política tradicional. Ao longo da história recente da humanidade foi possível perceber um avanço progressivo do impacto do conhecimento científico sobre as decisões políticas, e um ganho significativo de influência dos quadros técnicos nos gabinetes. Governos de caráter tecnocrático tem surgido com frequência significativa no último século, trazendo maior interesse à uma discussão que se restringia aos ambientes acadêmicos. As condições que dão origem a tais movimentos costumam estar relacionadas à momentos de crise e instabilidade, onde a política convencional perde legitimidade e impacto. Exemplos recentes como o da Itália e da Grécia ajudam a compreender tal fenômeno. Indo além de situações emergenciais, a Europa e o Japão permitem observar o avanço gradual da tecnocracia como uma tendência de governo em regiões desenvolvidas.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Tecnocracia; Movimentos Políticos; Quadros Governamentais Técnicos.*

## UMA EXPLICAÇÃO SOBRE A TECNOCRACIA

Com a recente utilização de governos tecnocratas temporários em países como Grécia e Itália, este trabalho surge com o objetivo de explicar o que significa tecnocracia, como ela está agindo na sociedade atual e quais efeitos podemos esperar de sua aplicação.

Segundo Postman (1992), a história da tecnocracia se iniciou com Francis Bacon (1561-1626), um filósofo inglês de destaque que refletia sobre a forma com que a sociedade encararia a ciência e a tecnologia. Bacon foi um dos primeiros pensadores a associar o desenvolvimento científico e tecnológico com a melhoria da condição humana, e segundo o próprio: “*Conhecimento e poder humano são sinônimos, já que a ignorância frustra os efeitos, a natureza só se domina por submissão. Como a filosofia contemplativa faz corresponder a causa com o efeito; a ciência prática se torna a regra*”. Pela fala citada, a evolução da sociedade dentro do pensamento de Bacon privilegiaria os detentores de conhecimento científico e tecnológico com poder. De fato, em 1627 ele publicou seu livro Nova Atlantis, onde a figura do filósofo de Platão seria substituída pelos cientistas, que governariam a sociedade. Como Bacon não faz uma análise econômica, já que o capitalismo como conhecemos hoje e a ascensão dos tecnocratas ao topo deste só se deu com a revolução industrial, ele não pode ser considerado o pai da tecnocracia, mas sim um precursor.

A partir de 1600, em especial depois da primeira revolução industrial em meados de 1750, começaram a surgir pessoas altamente qualificadas e a ciência cada vez mais passou a desempenhar um papel crucial na sociedade. Segundo ESTÉVEZ, Alejandro M. (Una genealogía de la Tecnocracia, Venezuela, 2006), a evolução do saber a partir da revolução industrial foi dada em três etapas: primeiro, a aplicação do saber nas ferramentas e nos produtos (1750-1880); segundo,

a aplicação do saber ao trabalho para aumentar a produtividade (1880- primeira guerra mundial); e por último, ocorre a aplicação do saber ao próprio saber, de forma a revolucionar a gestão. Com essa última fase, ocorre o surgimento do que é chamado por Drucker (1992) de sociedade do saber, e os detentores desse saber ficam em posição de vantagem em relação aos outros para controlar recursos econômicos, produtivos, informativos, entre outros. Com isso, a sociedade começava a ser cada vez mais regida pela racionalização, burocracia e especialização, o que, segundo Max Weber (1972), era inevitável.

Claude-Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon, foi outro pensador com grandes contribuições à tecnocracia, e dentre suas obras escreveu um livro em 1814 chamado “*De la Réorganisation de la Société Européenne*” – em português, Da Reorganização da Sociedade Europeia. Nesta obra, em resposta à violência presenciada pelo autor na revolução francesa – à qual ele se opôs e acabou preso durante o Período de Terror – e à falta de visão seus líderes no papel da industrialização e aspectos não políticos na formulação de uma nova sociedade, o autor propõe uma espécie de “esqueleto” da União Europeia, uma aliança de países com autonomia própria governada por pessoas que possuíssem conhecimento. É importante entender que na concepção de Henri de Saint-Simon não há espaço para opinião, pois dentro do saber existe apenas uma verdade. Dessa forma, o conde buscava uma sociedade baseada na industrialização – cujo conceito foi criado pelo próprio – de forma a remediar os problemas sociais vindos da revolução industrial através da diminuição da exploração do homem e o aumento da exploração da natureza através da tecnologia. De fato, suas ideias propunham uma profunda alteração das relações humanas com o trabalho e distribuição de renda, sendo considerado um dos primeiros pensadores socialistas utópicos. Chegando até mesmo a propor algo semelhante a uma nova religião – onde o governo estaria nas mãos do chamado Conselho de Newton, 21 pensadores que seriam eleitos pelo povo mas que só poderiam assumir o cargo se provassem que possuíam conhecimento o bastante para tal – o propósito do conde era estabelecer uma nova ordem social, *Le Nouveau Christianisme*, ou O Novo Cristianismo, que seria uma sociedade utópica de fraternidade e bem estar através da ciência e tecnologia. Com isso, Henri de Saint-Simon é considerado o pai da tecnocracia.

Com o tempo, diversas vertentes surgiram para definir sociedades tecnocratas. Uma das mais populares, segundo CENTENO, Miguel Angel (1997), consiste na crença de que uma elite tecnocrata deveria controlar a economia, administração e política de um país. Essa elite seria determinada pelo seu nível de educação e buscaria tomar as decisões governamentais que fossem vinculadas a padrões técnicos e eficientes. Neste contexto, o técnico passaria a ser um tecnocrata quando possuísse capacidade de decisão somada a seu conhecimento. De fato, como notado por McDONNELL, Duncan e VALBRUZZI, Marco (2014), um governo tecnocrata não atende aos critérios de Richard Katz (1987) que determinam um governo partidário, critérios esses que são:

- Decisões são tomadas por oficiais partidários eleitos ou por aqueles sob seu comando.
- A política do governo é decidida nos partidos, que então atuam coerentemente para executá-la.
- Oficiais são recrutados e responsabilizados no partido.

O contraste com um governo tecnocrata é grande, visto que na tecnocracia:

- As maiores decisões do governo não são feitas por oficiais partidários eleitos, mas por pessoas com treinamento e educação na área.
- A política do governo não é decidida no partido.
- Os maiores oficiais (ministros, primeiros ministros) não são recrutados por partidos.

Esses princípios podem ser vistos por exemplo nos teóricos tecnocratas estadunidenses que surgiram por volta de 1920 e ganharam força após a grande depressão, em oposição ao New Deal. Um destes, o economista Thorstein Veblen, escreveu um livro chamado “*Engineers and the Price System*” onde defende que o processo de desenvolvimento industrial deveria se dar com engenheiros no comando, questionando a capacidade dos homens de negócios e chefes da indústria. Um de seus discípulos, Howard Scott, chegou a organizar a “*Technical Alliance to promote the technocracy*” para não apenas promover a substituição desses chefes de indústria

por engenheiros qualificados, mas para construir uma sociedade baseada na tecnologia. Em 1930, com a Grande Depressão, Scott criou uma nova organização, “*Committee on Technocracy*”, para promover a tecnocracia no governo.

Uma das maiores organizações tecnocratas dos Estados Unidos, “*Technocracy Inc.*”, escreveu textos com uma explicação clara das ideias tecnocratas americanas que bem resumem o ideal tecnocrático clássico. Seguem abaixo algumas citações, retiradas de ESTÉVEZ, Alejandro M., *Una Genealogía de la Tecnocracia*:

- “A Tecnocracia é a ciência aplicada à ordem social. A ciência se ocupa de determinar a realidade mais provável em qualquer campo do conhecimento, seja química, engenharia, ou fenômenos sociais. A Tecnocracia, então, se ocupa da determinação da realidade mais provável no campo da ciência social, ou seja, a determinação de seu estado mais provável. Tem a ver principalmente com essa parte do mecanismo social relacionado com a produção e distribuição de bens e serviços, mas tem implicações de ainda maior alcance” (Technocracy, 1975:5).
- “A tecnocracia é um sistema socialista ou democrático? Não pode ser categorizada com outros sistemas políticos porque a tecnocracia não envolve a política. A tecnocracia busca o controle científico da tecnologia, não é um método filosófico para controlar as pessoas. Assim, a tecnocracia não pode ser classificada dentro de outros sistemas econômicos, porque crê na existência de uma abundância tecnológica, enquanto todos os outros sistemas, por exemplo, ‘o sistema de preços’, se baseiam no pressuposto da escassez” (Technocracy, 1975:16).
- “A tecnocracia crê nos métodos democráticos? Não, se por métodos democráticos se entende a utilização do voto para selecionar pessoal administrativo. É muito perigoso em uma sociedade altamente tecnificada, depender de um método arriscado para eleger o pessoal especializado requerido. Precisamos, em seu lugar, de uma técnica seletiva que assegure que as pessoas que possuem o conhecimento necessário para as funções administrativas sejam selecionadas. Tal técnica existe no procedimento de alinhamento vertical de promoção utilizado na indústria para selecionar sua equipe de supervisores nos departamentos técnicos. É uma técnica que tem provado um inegável êxito apesar da interferência do “sistema de preços”. A tecnocracia virará um governo político? Não, porque o governo deixará de existir” (Technocracy, 1975: 38).

Fora definir a tecnocracia e estabelecer objetivos claros dela, a tecnocracia não foi muito mais longe nos Estados Unidos, tendo perdido importância logo em seguida devido a diversas críticas ao fato de que muitas das teorias do grupo estavam erradas. Em particular, as conflitantes opiniões econômicas, falta de projeto político e falta de legitimidade de um proposto governo tecnocrata pesaram contra.

Um exemplo importante das teorias da Technocracy Inc. que estavam erradas é justamente essa questão de “ausência de política”. De acordo com RADAELLI, Claudio M. em seu livro *Technocracy in the European Union*, alguns pensadores mais modernos, como Fischer, defendem uma aproximação da política com a tecnocracia, formando a chamada “política da perícia” (*politics of expertise*). Estudos feitos na Alemanha, Itália e Reino Unido um pouco antes desse período indicam o surgimento de um híbrido, o político-tecnocrata, o que corrobora a teoria de Fischer e forma o tecnocrata contemporâneo. Com as estruturas governamentais e mecanismos democráticos vigentes na maior parte dos países no mundo, o tecnocrata teve que se adaptar para participar de governos. Em *Redefiniendo la Tecnocracia*, de CENTENO, Miguel Angel (1997), o autor propõe uma definição mais atual de um Estado Tecnocrático, que é determinado pelo controle administrativo e político de uma sociedade por:

- Uma elite com formação especializada, que diz ser capaz de maximizar o bem-estar coletivo pela aplicação de técnicas racionais e critérios de sucesso;
- Um grupo de instituições estatais que aderem a um certo modelo técnico-analítico e que procuram impor sua perspectiva organizacional a todo o aparato administrativo;

- Hegemonia de um paradigma de políticas públicas baseado no uso ótimo dos recursos a na preservação da estabilidade do sistema.

Com esses embasamentos, podemos ver que em diferentes momentos da história e em diferentes países houve tentativas de aplicar a tecnocracia, ou o uso temporário dessas.

## A TECNOCRACIA NO BRASIL

A tecnocracia brasileira teve sua maior aplicação na época da ditadura militar. Segundo ARANHA, Francisco Arantes (2016) o crescente descontentamento dos empresários brasileiros com os rumos dados ao país por João Goulart fez com que eles apoiassem a iniciativa do economista Roberto Campos em criar a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES) entre o fim de 1963 e o começo de 1964. Esta organização tinha como objetivo realizar estudos e sondagens para avaliar as medidas econômicas do governo e fazer sugestões de medidas e diretrizes para que as classes dominantes do país tivessem os instrumentos necessários para organizar o desenvolvimento econômico do Brasil e melhor integrá-lo ao cenário mundial. Com seu rigor acadêmico, serviu ao seu propósito, sendo independente do governo e até mesmo oposição, segundo seu fundador. Entretanto, com o Golpe de 64, a ANPES não apenas seguiu com seus trabalhos como também se desconfia que tenha servido como referência para o governo militar escolher ministros, dado que um certo número de pesquisadores da associação foi posteriormente chamado para ocuparem cargos de ministros, embaixadores, dentre outros cargos no governo. Havia até mesmo uma piada que circulava entre os economistas na época de 1970 que dizia “pesquisar na ANPES é o caminho mais curto para mandar em Brasília...”. Essa busca dentro da associação por técnicos competentes para integrarem o governo caracteriza uma inclinação do governo em recorrer à ciência e tecnologia para governar, característica essa típica da tecnocracia – apesar de ainda não ser suficiente para determinar a ditadura militar como tecnocrática.

Em seu estudo chamado Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar, FERREIRA JR., Amarílio, e BITTAR, Marisa explicam sobre como a educação brasileira foi muito voltada para o aprendizado técnico nesse período, de modo a suportar as metas do país determinada pela elite no poder, metas essas resumidas no slogan “Brasil grande potência”. A ideia era buscar uma sociedade urbano-industrial pautada pela racionalidade técnica. Para acompanhar esses objetivos, o governo também tomou outras medidas e providências. Um exemplo disso foi o Milagre Econômico que ocorreu entre 1969 e 1974. As taxas de crescimento anuais do PIB se aproximavam de 10%. Durante o governo militar ainda houve as chamadas Obras Faraônicas (ponte Rio-Niterói, Itaipú, Angra 1, etc.), a regulação de vários órgãos financeiros, entre eles a bolsa de valores, e a construção de 274 estatais (dados da BBC), entre elas a Infraero, Telebras, Nuclebrás etc. Segundo os autores citados neste parágrafo, todos esses avanços foram pautados não apenas sobre um governo técnico, mas também sobre a exclusão de classes trabalhadoras das decisões da política nacional. Aqui, novamente se evidenciam princípios da tecnocracia, com a tomada de decisões centralizada na elite instruída (havendo esse paradoxo com a democracia) e as estatais estabelecendo a ordem organizacional do país e sendo instrumentos importantes para as transformações dele. De fato, os efeitos econômicos foram positivos, levando o Brasil da 49ª posição dentre as economias mundiais para a 8ª colocação. Até hoje temos reflexos dessa tecnocracia na educação. É só comparar o tempo que um engenheiro leva para se formar no Brasil com o tempo que levaria na Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido etc. O foco técnico ainda é evidente.

Em 2011, com as crises que ocorreram no mundo, em especial na Europa, a tecnocracia acendeu o debate sobre como a crise se resolveria. Países como Grécia e Itália trouxeram tecnocratas para seus governos como medida provisória a fim de solucionar o problema a curto prazo. Com a grande mídia em volta da tecnocracia, o governo Dilma flertou com a ideia de fazer um governo mais técnico (não tecnocrata, apesar de ter se inspirado no movimento), mas a ideia não se concretizou e no fim acabou sendo apenas propaganda para criar mídia.

Novamente em 2018, com a eleição de Bolsonaro, o presidente surgiu com um discurso de cunho tecnocrata numa tentativa de passar segurança e profissionalismo para a população:

prometeu e chamou para ministro pessoas de conhecimento técnico na área, como Paulo Guedes na economia, Sergio Moro na justiça, o general da reserva Fernando Azevedo e Silva na defesa, dentre outros. Uma análise econômica da política brasileira apresenta um cenário positivo com previsão de crescimento, então neste aspecto em particular as políticas têm dado frutos, apesar da grande polarização de opiniões em relação às ações do presidente.

## **A TECNOCRACIA AO REDOR DO MUNDO**

O surgimento de governos com viés tecnocrata como resposta à períodos de crise tem permitido a avaliação desta forma de governo no contexto contemporâneo. Destaca-se o caso da Itália e o da Grécia na década atual, em reação aos impasses enfrentados na crise da zona do euro. Conforme elaborado por MERLER (2018), o que se percebeu foi um certo grau de aprovação e otimismo por parte do eleitorado com o gabinete tecnocrata de Monti. Apesar de limitações impostas à análise pelo efeito do fim do governo Berlusconi, acredita-se que o otimismo do eleitorado com o governo Monti deve-se também à perspectiva de mudança na condução das políticas econômicas e a adoção de uma visão pragmática e ortodoxa.

A instalação de movimentos tecnocráticos segue um padrão já identificado pela academia. A força política dominante de uma região começa a perder apoio, num contexto de aumento de questionamento da população a respeito das práticas políticas desta elite, normalmente associado a uma contração econômica. Tal processo abre margem para o surgimento de uma retórica antissistema e tecnicista, argumentando pela solução dos dilemas sociais através do conhecimento científico. É perceptível na história o caráter temporário dos movimentos tecnocratas. Uma vez que a situação política que impulsionou organizações de caráter técnico ao poder começa a perder força, inicia-se um processo no qual o governo vê seu capital político se erodir (perde-se o apoio irrestrito) e os agentes passam a precisar participar do jogo político tradicional. Tal situação, por sua vez, leva a uma deterioração da posição técnica e conciliadora que se trazia no início do processo.

O próprio gabinete de Mario Monti perde apoio rapidamente em 2012 e 2013, na Itália, culminando na derrota nas eleições. Se por um lado o grupo encontrou sólido apoio da população no início, num segundo momento a chapa se encontra no mesmo nível que os demais partidos. Ao abraçar a concorrência política nos moldes clássicos os tecnocratas se veem em significativa desvantagem.

Apesar de temporários, estes movimentos têm impacto real nas políticas e na economia dos países. Aproveitando-se da oportunidade, governos como o de Monti tem a chance de quebrar tendências e estagnar medidas populistas. É comum observar um caráter reformista, o que fica evidente no caso da Itália e também da Grécia, com Papademos. Temas recorrentes são o cuidado com o restabelecimento da credibilidade no contexto internacional, reforma do sistema de pensão, controle dos déficits públicos, dentre outras medidas caracterizadas como pró mercado.

A eficácia e os resultados obtidos por estes governos resultam em uma discussão complexa sobre a legitimidade e os riscos envolvidos no processo reformista. Conforme PASTORELLA (2015), paralelamente aos movimentos tecnocráticos percebe-se o surgimento de uma retórica acusativa que questiona a legitimidade de tais gabinetes e afirma que a democracia passa a ser ameaçada pela nova configuração das decisões políticas. Sendo o principal argumento a dissociação das decisões do jogo político e o distanciamento dos representantes em relação ao eleitorado. No entanto, tais acusações já foram extensivamente refutadas pela literatura especializada. Argumenta-se que estes movimentos são resultado do crescente impacto dos especialistas na política, particularmente na Europa. Conclui-se com PASTORELLA que governos tecnocráticos são uma etapa temporária e estável no processo político, em especial em condições de crise.

Na atualidade, vale destacar também o governo japonês como exemplo de estado que se direcionou para uma organização em que se concentra cada vez mais poder nas mãos de quadros técnicos. Tal situação permite vislumbrar uma tendência que vai além do contexto europeu, como citado acima, onde oficiais do governo passam a ter um viés técnico mesmo em

períodos de estabilidade. Quebrando de certa forma o paradigma do governo tecnocrata interino, alçado ao poder por circunstâncias temporárias.

## CONCLUSÕES

A tecnocracia tem consistentemente superado a condição de teoria acadêmica para se tornar parte da realidade política nos governos da história recente da humanidade. Tendo acompanhado a evolução do conhecimento científico, a inserção de quadros técnicos nos gabinetes governamentais apresenta-se como uma resposta à frustração do eleitorado e à percepção negativa dos agentes políticos. Governos tecnocráticos surgem no último século como resposta à momentos de crise e instabilidade político-econômica. Tais movimentos são de caráter temporário em geral e costumam ter dificuldade para se propagar através do meio político clássico.

Se por um lado os governos interinos tendem a receber respaldo para promover agendas reformistas, pelo outro a sua influência não costuma durar sendo altamente improvável a manutenção democrática do mandato na eleição seguinte. Apesar desta dinâmica se repetir com frequência, observa-se no contexto europeu e japonês uma tendência gradual de estabelecimento dos quadros técnicos como um dos principais pilares do governo.

## REFERÊNCIAS

- RADAELLI, Claudio M. *Technocracy and the European Union*. New York, USA: Routledge, Taylor & Francis Group, 2013
- McDONNELL, Duncan e VALBRUZZI, Marco. Defining and classifying technocrat-led and technocratic governments. *European Journal of Political Research*, Italy, 53, 654-671, 2014.
- WALLACE, William e SMITH, Julie. Democracy or technocracy? European integration and the problem of popular consent, *West European Politics*, 18:3, 137-157, 2007
- ARANHA, Francisco A. *Tecnocracia e capitalismo no Brasil num estudo de caso: a associação nacional de programação econômica e Social (ANPES) (1964-1967)*. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- ARANHA, Francisco A. *Tecnocracia e capitalismo no Brasil num estudo de caso: a associação nacional de programação econômica e Social (ANPES) (1964-1967)*. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- ARANHA, Francisco A. *Tecnocracia e capitalismo no Brasil num estudo de caso: a associação nacional de programação econômica e Social (ANPES) (1964-1967)*. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- ARANHA, Francisco A. *Tecnocracia e capitalismo no Brasil num estudo de caso: a associação nacional de programação econômica e Social (ANPES) (1964-1967)*. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- CENTENO, Miguel A. e FERRARO, Agustin E. Notes on technocracy and economic development in the United States and Latin America. Princeton University, University of Salamanca.
- CENTENO, Miguel A. e WOLFSON, Leandro. Redefiniendo la tecnocracia. *Desarrollo Económico*, vol 37, No. 146 (Jul - Sep., 1997), p. 215-240.
- MERLER, Silvia. Technocracy, trust and democracy: evidence on citizens' attitudes from a natural experiment in Italy. *Government and Opposition*, p. 1-25, Jul 2019.
- PASTORELLA, Giulia. *Technocratic governments in Europe: getting the critique right*. Political Studies, Political Studies Association, 2015.
- CARLISLE, Robert B. The birth of technocracy: science, society, and Saint-Simonians. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Vol. 35, No. 3, p. 445-464, Jul - Sep., 1974.
- GUNNELL, John G. The technocratic image and the theory of technocracy. *Technology and Culture*, Vol. 23, No. 3, p. 392-416, Jul 1982.